

# “Menos juros para o exterior”

por Cecília Costa  
de São Paulo

O economista francês Michel Aglietta, autor de vários livros sobre o sistema financeiro internacional e professor da Sorbonne, disse ontem que o Brasil está pagando aos seus credores um volume de juros extremamente elevado, colocando em risco a obtenção de taxas de crescimento estáveis, em torno de 5 a 6% ao ano. Teoricamente, explicou Aglietta, um país devedor tem de arcar apenas com uma parcela de juros correspondente a 15% da receita de suas exportações, pois essa é a relação considerada saudável entre encargos de endividamento externo e geração de riqueza.

Juros que representem 30 a 40% das exportações comprometem o crescimento econômico e obrigam o país devedor a restringir o consumo final, internamente, deteriorando a qualidade de vida de seus habitantes. A longo prazo, por outro lado, impedem o desenvolvimento econômico sustentado. Devido a esse raciocínio, o economista francês, que está participando da “Conferência Internacional sobre Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento”, considera que os credores do Brasil estão exigindo demais e perderam essa perspectiva de longo prazo, pois caso a transferência líquida de recursos para o exterior venha a gerar nos próximos anos uma nova fase de estagnação econômica, se defrontarão com a possibilidade de deixarem de receber não só o principal da dívida, mas também os juros.

A política a ser adotada pelo governo brasileiro nas

negociações, segundo Aglietta, deve ser no sentido, portanto, de alcançar essa relação de apenas 15% entre pagamento de juros e receita de exportações. Seria interessante também, afirmou, para garantir o crescimento estável, que o Brasil, assim como fez o México, se resguardasse de flutuações nas taxas de juros internacionais e novas elevações nos preços do petróleo, solicitando cláusulas no novo acordo que o protegessem de variáveis negativas na economia mundial.

## TAXAS DE CÂMBIO

Sobre a economia mundial, considera que houve um grande avanço no que se refere às taxas de câmbio dos principais países desenvolvidos, desde que foi iniciada em 1985 a desvalorização do dólar, através de acordo feito entre os cinco grandes — Alemanha, França, Itália, Japão e Estados Unidos. Gostaria, no entanto, que o processo na coordenação das políticas econômicas dos países industrializados fosse maior.

A reivindicação dos Estados Unidos feita principalmente ao Japão e à Alemanha para que apresentassem taxas de crescimento mais elevadas nos próximos anos deveria ser atendida. E, ao mesmo tempo, os EUA deveriam dar sua contribuição à manutenção da ordem econômica mundial, reduzindo o déficit fiscal interno.

“Infelizmente os Estados Unidos não parecem dispostos a reduzir esse déficit, nem a Alemanha e o Japão deverão crescer o suficiente, já que temem uma escalada da inflação, a ser gerada caso adotassem

uma política interna monetária e fiscal mais frouxa”.

Com essas resistências, no momento, o equilíbrio internacional é instável. Mas Aglietta tem esperanças de que em dado momento o bom-senso prevaleça.

O que se deve impedir é o risco de que — por medo de uma queda mais acentuada no dólar — os investidores internacionais, principalmente japoneses, deixem de aplicar nos EUA. Para atraí-los de novo, a saída, catastrófica, seria nova elevação dos juros e recessão, a começar nos EUA, já que o sistema financeiro deste país está fragilizado e não suportaria alta nos custos dos empréstimos.

## JUROS NOS EUA

A respeito do nível das taxas de juro norte-americanas, Michel Aglietta tem a seguinte opinião: não devem descer muito, porque os EUA vão manter sempre uma diferença de 3 a 4% em relação aos juros do Japão, para evitar fuga de investimentos e garantir o financiamento do déficit. Dessa forma, o Brasil deve procurar sempre passar o endividamento para outras moedas, que não o dólar. Empréstimos de longo prazo, observou ainda, acabaram no mercado financeiro internacional e por isso, se o governo brasileiro quiser mais recursos, só conseguirá o aumento nas linhas de crédito comerciais.

Poderá também lançar obrigações no mercado financeiro internacional, principal mecanismo de captação de recursos, atualmente, mas para isso seria bom ter a intermediação do Banco Mundial.